



**ATA 1841 DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE 2019  
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 2019 (dois mil e dezenove), às 17h (dezessete horas), após constatar a existência de quórum regulamentar, o Sr. Presidente Valdemar Gomes Bezerra Junior declarou aberta a 24ª (vigésima quarta) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período Legislativo do corrente exercício que contou com a presença de 14 (catorze) vereadores (as), sendo: Alaor Cavalcante Mota Filho, Antonio Marcos Caracas, Argentino Tomaz Filho, Edyr Lincon Cavalcante Dias, Francisco da Costa Feitosa, Francisco Wellington Urbano Cavalcante, José Wellington de Melo Gonçalves Júnior, Luis Tomaz Dino, Marco Aurélio Moreira de Aguiar, Maria de Fátima Alves Castelo Guedes, Ronaldo César Feitosa Alexandrino Cidrão Filho Valdemar Gomes Bezerra Júnior e Williana Bezerra de Carvalho. Justificou a ausência o vereador. Justificou a ausência o vereador Felipe Veloso Soares Viana de Abreu. Dando início aos trabalhos da sessão, o Sr. Presidente Valdemar Gomes Bezerra Junior indagou aos Srs. Vereadores (as) se dispensavam a leitura da ata da sessão anterior, tendo em vista que foi encaminhada em tempo aos e-mails dos mesmos. Logo após foi colocada para deliberação do Plenário, tendo sido aprovada sem nenhuma restrição. Depois, o Sr. Presidente passou a palavra ao 1º secretário para leitura das matérias constantes no pequeno expediente, grande expediente e ordem do dia. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Ofício s/n da Secretaria De Infraestrutura E Desenvolvimento Urbano em resposta ao ofício nº385/2019, do vereador Felipe Veloso Soares Viana de Abreu, autorização e fiscalização dos Alvarás de Funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como concessões de Licença para construção e Indicações nºs 913 a 968/2019. **GRANDE EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº 50/2019 do vereador Edyr Lincon Cavalcante Dias - Cria a medalha do Mérito Educacional Irmã Olindina com o intuito de homenagear personalidades que se destacaram no âmbito da educação no município de Tauá. Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2019 da vereadora Maria De Fátima Veloso Soares Mota Bastos - Concede Título de Cidadania Tauaense a Dra. Kamila Couto Roriz de Figueiredo e adota outras providências. Projeto de Resolução nº04/2019 da vereadora Maria De Fátima Veloso Soares Mota Bastos - Concede ao Sr. Tarciano Gomes Ribeiro, a "Medalha Vereador Francisco Soares de Carvalho" e adota outras providências. Moções de Congratulação nºs 170 a 172, 174, 178 e 179/2019, Moções de Pesar: nºs 173, 175 a 177 e 180/2019. Na sequência, o Sr. Presidente informou que na próxima sessão, com a instalação da votação eletrônica, todas as matérias da Casa teriam que ser votadas e quando os pedidos fossem feitos durante a sessão, as mesmas entrariam na sessão subsequente. Em seguida, o vereador Ronaldo Filho solicitou moção de congratulação ao Dr. Ronaldo César pela passagem do seu natalício. O vereador Marcos Caracas falou de projeto de sua autoria,



titulo de cidadania ao Sr. Johannes Antonio, conhecido como Ian que é holandês, mas tinha propriedades no Município de Tauá, no distrito de Marrecas. Explicou que não tinha colocado na ordem do dia porque faltava um pequeno histórico. Solicitou, se possível, que a Mesa Diretora pudesse dar entrada na propositura e que na próxima sessão, traria o histórico do agraciado. Posteriormente, o Sr. Presidente informou a chegada de ofício oriundo do IBGE tratando acerca do Censo Demográfico de 2020 e da importância das parcerias com as autoridades, bem como solicitando um representante do Poder Legislativo para participar de uma reunião sobre o referido assunto. O Sr. Presidente pediu ao coordenador Valdeci Silva Lira que informasse a data da reunião para, posteriormente a Casa indicar um representante para a referida reunião. Na sequência, o Sr. Presidente informou a entrada de ofício oriundo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Rurais Familiares de Tauá, em nome da presidenta Elisandra Gonçalves Lira, pela moção de congratulação ao dia do Agricultor. Em seguida, o Sr. Presidente convidou os senhores vereadores para amanhã, às dez horas, participarem de um treinamento da votação eletrônica. Logo após, o Sr. Presidente informou que o serviço da transmissão ao vivo das sessões da Câmara Municipal de Tauá pela Rádio Difusora dos Inhamuns era uma cortesia da emissora. Ressaltou que era uma rádio séria, que fazia seu trabalho de comunicação na região de forma excepcional e que merecia ser respeitada. Acrescentou, ainda, que a emissora enviaria ofício para a Casa Legislativa informando os motivos de não transmitir mais as sessões e afirmou que não havia nenhum convênio ou contrato firmado com a Câmara Municipal de Tauá. Informou, também, que a transmissão das sessões estava sendo realizada ao vivo pelo Facebook e pelas redes sociais da Câmara e site institucional. O vereador Edyr Lincon comentou que acreditava existir um convênio celebrado com alguma emissora e até que a transmissão fosse feita por base em uma lei. Acrescentou que cabia, então, tornar a transmissão das sessões em lei e tentar viabilizar a forma mais rápida de regularizar essa situação para que os municípios não sejam penalizados. Ressaltou, também, que a transmissão das sessões era uma conquista de longa data da Casa e que a partir do momento que essa prestação de serviço era interrompida causava preocupação. Destacou que em nenhum momento foi questionada a idoneidade da empresa, apenas havia relatado que estava acontecendo incidentes na hora de uso da tribuna. Afirmou que havia outros meios de transmissão como a internet, contudo era tradição no Município escutar as sessões da Câmara pelas rádios. **USO DA TRIBUNA: 1)** Fez uso da tribuna o **Padre Thales, da Paróquia Nossa Senhora do Rosário**, que falou acerca da Semana Nacional da Família a ser realizada pela Pastoral Familiar da Paróquia. Explicou que durante a semana seriam feitas atividades em todo o Município que visam ajudar as famílias a refletir sobre a sua caminhada, sobre as alegrias e desafios que tem enfrentado este ano. Disse que o tema reflexivo desse ano tinha sido trabalhado há vinte e cinco anos atrás e que naquela época o



país estava passando por um processo de redemocratização e estava se reorganizando, a inflação estava alta e havia uma série de problemas que estavam sendo enfrentados. Disse que atualmente também há uma série de outros problemas que também serão enfrentados pelas famílias. Comentou que estávamos vivendo um tempo de modernidade líquida em que as relações mudavam com muita frequência e, com o avanço da tecnologia as relações estavam se fragmentando gradativamente. Ressaltou que a internet por um lado aproxima as pessoas e, por outro, deixa as relações mais superficiais. Opinou que a família atualmente tem passado por mudanças estruturais, sobretudo na sua organização e que, cada vez mais, se encontravam novas configurações de família que desafiavam o acompanhamento. Acrescentou que havia uma série de sofrimentos psíquicos relacionais, que afetavam as famílias, e por isso, se tornava necessário discutir que tipo de família estava sendo gestado e que tipo de relações estava sendo gerado nas famílias. Fez referência ao Papa Francisco que na exortação apostólica convidou as pessoas a se perguntarem que tipo de sociedade estava sendo criada e que tipo de sociedade as pessoas queriam atualmente. Ressaltou a manipulação por um tipo de sociedade cada vez mais consumista e hedonista que pouco ajuda a criar relações fraternas verdadeiras com vistas a superar desigualdades históricas. Disse que cabia refletir em que medida, cada um de nós, no espaço onde estava, podia colaborar para transformar a realidade. Explicou o porquê de o tema ser colocado na Câmara Municipal, ressaltando que na medida em que os parlamentares decidem e legislam sobre a vida do município, as decisões podem melhorar ou piorar a situação dos munícipes. Por fim, convidou toda população a participar das atividades da Semana da Família, mencionando a programação. Ressaltou que a igreja não dava conta de resolver os problemas e que isso os angustiava, por isso pediu encarecidamente que aqueles que puderem, não somente o Poder Legislativo, mas também os outros poderes e as pessoas de boa vontade pudessem colaborar para superar essas situações. Em aparte, a vereadora Fátima Veloso cumprimentou a todos os integrantes do grupo da família da Igreja Católica e externou que os frutos dessas atividades ao longo da semana e do trabalho constante da Igreja, sejam bastante produtivos. Comentou que as drogas têm sido um grande desagregador da sociedade e uma guerra muito difícil de ser vencida. Parabenizou a Paróquia Nossa Senhora do Rosário, através do Padre Thales, do Padre Josivan e de toda a equipe da família pelo trabalho que vem desenvolvendo voltada para essa estruturação e valorização da família. Em aparte, o vereador Alaor Mota comentou sobre o tema da Semana da Família. Disse que era conhecer do trabalho que a Paróquia estava fazendo voltado para o ensinamento da Bíblia na cidade e nos distritos. Ressaltou que foi lançado o Proerd, através da Polícia Militar, que irá ministrar os jovens para alertar sobre as drogas. Colocou-se à disposição de toda a equipe da Igreja para o que fosse necessário. Em aparte, a vereadora Williana Bezerra disse



que muitas famílias estavam precisando só de uma palavra, por isso a semana seria muito proveitosa. Acrescentou que no que dependesse dela e de sua família estariam prontos para ajudar. Em aparte, o vereador Valdemar Júnior parabenizou pela coragem do Padre Thales em vir à Casa. Destacou que o Poder Legislativo estava sempre à disposição de todo e qualquer trabalho da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, todo e qualquer projeto do Padre Thales para o município de Tauá a gente. Em aparte, o vereador Wellington Júnior parabenizou o padre Thales e a comunidade da paróquia por todo o esforço que vem sendo feito em reconstruir o melhorar os tempos da nossa comunidade. Retomando a palavra, o padre Thales agradeceu as palavras de incentivo. Pediu que olhassem sempre pelas famílias, sobretudo as mais pobres e mais necessitadas do nosso Município. Acrescentou, ainda, que tem acompanhado o crescimento do fenômeno do autismo entre as crianças e que elas precisavam de um acompanhamento e de assistência. Agradeceu o espaço e se colocou à disposição para o diálogo e outros momentos para refletirmos juntos. **2)** Fez uso da tribuna o **vereador Wellington Junior** que inicialmente lamentou que a sessão não estivesse sendo transmitida pela rádio. Disse que lamentava, também, os cortes nos rendimentos que sofreram os funcionários do município de Tauá. Comentou que havia sido cortado 25% (vinte e cinco por cento) do salário, mas que as assessorias não tinham sido cortadas. Destacou que o Município de Tauá iria pagar só de banda para o festival cultural valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil) e de palco e sonorização era o valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), além da mídia que daria o valor de R\$ 213.120,00 (duzentos e treze mil cento e vinte reais). Ressaltou que era muito dinheiro para o estado de calamidade que passa o Município de Tauá e discorreu que no distrito de Carrapateiras e Barra Nova não havia sido feito nada. Acrescentou que os prestadores de serviços nesses distritos não tinham recebido pagamento. Disse que o Município precisava de estradas, médicos, medicamentos, enfim, precisava de praticamente tudo. Mostrou, ainda, uma licitação de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) para material de expediente, mas que no Setor de Tributos não tinha como imprimir um boleto. Pediu ao Executivo Municipal que trouxesse a auditoria para a Casa. Em aparte, o vereador Edyr Lincon ratificou algumas colocações que foram feitas e disse que continuavam vendo os gastos absurdos com as assessorias, consultorias, ao invés de serem aplicados em áreas que realmente deveriam estar sendo enxugados esses gastos para que realmente fosse aplicado naquilo que mais importasse para a população. Reportou-se as colocações em sessões passadas sobre valores altos em gratificações, licitação de um processo de seleção pública para contratar oitocentos e tantos funcionários a um valor de meio milhão de reais aproximadamente e que poderia chegar até ser mais. Disse que essa gestão tanto alarmou que em poucos dias, o Município voltaria a crescer e a sentir confiança e o que estava vendo era um total descaso com a população. Em aparte, o vereador Luis Tomaz indagou



de onde era o recurso para fazer o festival. Em resposta, o vereador Wellington Junior disse que não havia falado em recursos somente em licitação, mas que deveria ser algum convênio com o município. Em aparte, o vereador Luis Tomaz perguntou se o parlamentar achava justo que a população do Município, durante esses anos de mandato que iniciou em 2017 (dois mil e dezessete), não merecia um festival e acrescentou que o recurso deveria ser emenda federal. Retomando a palavra, o vereador Wellington Júnior disse que em nenhum momento disse que era contra ou a favor de festival. Argumentou que o município estava passando por momentos de crise e usar recursos para festival e que em tudo tinha contrapartida. Em aparte, o vereador Luis Tomaz disse que no distrito de Marrecas a recuperação das estradas estava sendo concluída e que em vários distritos tinha máquina trabalhando. Muitos setores melhoraram, pois os servidores estavam recebendo em dias, o transporte escolar também estava em dias. Com retorno da palavra, o vereador Wellington Júnior disse que ia a tribuna para cobrar porque as pessoas procuravam o parlamentar e ele ia checar. Em aparte, o vereador Luis Tomaz disse que não iria trazer uma denúncia que fizeram do parlamentar porque não acreditava que o mesmo teria feito o que foi denunciado da mesma forma que não acreditava ter sido o parlamentar que enviou um envelope com uma denúncia endereçado a ele, vereador Luis Tomaz. Retomando a palavra, o vereador Wellington Júnior disse que nos distritos de Carrapateiras e Barra Nova não tinha máquinas trabalhando e que na localidade de Cipó estava sendo feita a recuperação das estradas em virtude dos festejos de padroeiro. Em aparte, o vereador Marcos Caracas comentou que o festival iria trazer progresso para a cidade e para o comércio. Ressaltou que a questão da redução nos salários já tinha ocorrido em outras gestões. Parabenzou o Deputado Federal Domingos Neto por enviar emenda parlamentar para esse evento. Em aparte, o vereador Ronaldo Filho informou que há três patrões trabalhando. Disse que na região de Marrecas já foi quase que concluído o distrito como um todo e que até o final da semana essas máquinas iriam para o distrito Carrapateiras e Barra Nova. Comentou que no distrito de Carrapateiras já foram iniciadas algumas inclusive por conta dos festejos da localidade de Mutuca. **3)** Fez uso da tribuna o **vereador Edyr Lincon** que falou sobre projeto de sua autoria criando a Medalha do Mérito Educacional Irmão Olindina, com o intuito de homenagear personalidades que se destacaram no âmbito da educação no município de Tauá. Reportou-se à trajetória de mais de sessenta anos da Irmã Olindina dedicada à educação do Município. Pediu o apoio dos edis ao projeto reconhecendo o trabalho da enorme educadora que tanto contribuiu com o Município. Em seguida, falou sobre a Policlínica e pediu a volta do atendimento que durante muito tempo prestava serviços em quantidade e em qualidade. Disse que protocolaria na Casa, pedido para que a Policlínica enviasse os números do último ano. Indagou quem era o gestor daquele órgão de saúde e quem era o secretário executivo. Disse que a Policlínica era um grande elefante branco com



um potencial enorme de prestar serviços e benefícios, mas que teve uma demanda diminuída. Relatou a dificuldade de se conseguir qualquer exame. Disse que as dificuldades financeiras que se tinha há um ano, hoje praticamente não se tinha mais, que os repasses do Estado estavam todos em dias e o serviço deveria estar sendo prestado. Indagou para onde estava indo e o que se estava fazendo com os recursos daquela instituição pública de saúde. Reportou-se que a Policlínica havia instigado tantas e tantas discussões na Casa por parte de nós e que atualmente o órgão estava praticamente entregue desde as questões políticas que envolveram mudança de gestão que naquela época se atribuiu a todas as dificuldades. Em aparte, o vereador Fátima Veloso comentou que estavam terminando de compor as nomeações e que havia sido dada publicidade em todo o Estado do Ceará sobre os escândalos que aconteceram nas policlínicas do Ceará que mudaram muito a forma de acontecer as nomeações. Disse que foi um processo retardado, como também aconteceu no ano passado. Disse lamentar que a população estivesse perdendo o serviço de saúde, mas que a situação não estava diferente do ano passado e ano retrasado. Relatou que do ano passado para cá houve muitos óbitos e que a mesma tinha falado reiteradas vezes sobre a questão da saúde da mulher, tanto na questão municipal como no atendimento. Reportou-se que havia dito que pré-natal de alto risco era para ter sido feito na Policlínica e que os indicadores do município de Tauá de óbito neonatal e de óbito intra-útero aumentaram como nunca vistos antes. Com retorno da palavra, o vereador Edyr Lincon comentou que ou a gestão não queria ver o problema ou não queria enfrentar. Pediu que trouxessem dados dessa demanda do aumento que foi associado à questão do pré-natal de alto risco e o índice de óbitos que aconteceram. Disse que o órgão não funcionava na plenitude que funcionou em dois mil e dezessete e em dois mil dezoito, não funcionava em quantidade de consultas e exames. Falou que esperava que os serviços fossem regularizados. Comentou que por volta de fevereiro e março, a Secretaria de Saúde do Estado publicou um decreto que obrigariam, no prazo de cento e oitenta dias, a todas as policlínicas do Estado fazer um processo de seleção pública, inclusive com itens lá elencados relacionados a contratações desses profissionais e como elas passariam a ser geridas. Indagou se as nomeações iriam ser de forma arbitrária, só a partir do Poder Executivo, de quem hoje executa as funções naquele consórcio. **4)** Fez uso da tribuna o **professor Auricélio Ferreira de Sousa, do IFCE**, que reportou-se que há mais de um mês atrás, estiveram na Casa expondo a questão dos impactos que teve o corte no orçamento da educação pública na esfera federal e, naquela ocasião, comunicaram a aprovação dos trabalhos dos alunos daquele curso no Sétimo Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, que se reunirá em Recife, mais precisamente no município vizinho Ipojuca, todos os países que falam a língua portuguesa no mundo. Comentou que o IFCE de Tauá tinha alunos do curso de Letras com trabalhos aprovados na modalidade comunicação oral



e que quando estiveram na Casa naquela ocasião, haviam comentado da falta de recurso e da impossibilidade dos alunos irem para o evento. Relatou que usavam a tribuna mais uma vez para expor a situação e que daquela ocasião para cá os alunos fizeram rifas e venda de lanches para suprir a demanda. Falou que o montante total era de R\$ 4.860,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta e oito reais) e que tinham conseguido levantar R\$ 2.735,00 (dois mil setecentos e trinta e cinco reais). Comentou que o valor arrecadado ainda não era suficiente para que todos conseguissem suprir os gastos que teriam. Relatou que a situação era no mínimo vexatória porque no momento em que se fala de valorização da educação, sete futuros professores, possivelmente da rede pública de ensino, não encontraram o apoio na instância governamental, mediante os cortes que foram realizados, para fazer o que se espera da universidade, que era formá-los. Acrescentou, ainda, que todos os recursos que integravam o orçamento chamado “assistência estudantil” não existiam mais e que a situação era muito grave. Informou que no dia 13 de agosto haveria um debate no IFCE sobre o projeto futuro do governo do MEC para as instituições públicas e seus impactos. Pediu apoio na compra da rifa. Em aparte, a vereadora Fátima Guedes fortaleceu a importância de ter um trabalho aprovado no Simpósio. Em aparte, o vereador Valdemar Júnior relatou que a Casa foi uma das primeiras câmaras do Estado do Ceará a fazer um movimento em prol do Instituto Federal, ao qual, através de requerimento aprovado foi enviado ao Deputado Domingos Neto. Disse que gostaria de tentar resolver, mas não havia meios legais para custear a viagem. Reiterou que daria sua contribuição. Em aparte, a vereadora Williana Bezerra também contribuiria. Retomando a palavra, o professor Auricélio destacou que dos trinta e três campus, somente o Município de Tauá tinha trabalhos aprovados para o Simpósio. Comentou que em breve haverá muita dificuldade de captar docentes do curso de licenciatura. **5)** Fez uso da tribuna o **vereador Alaor Mota** que falou sobre requerimento de sua autoria que seria encaminhado à Secretaria de Proteção Social e Justiça Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos em que solicita que seja autorizado a Casa da Mulher para Tauá. Em seguida, tratou sobre os vetos aos projetos de lei n°s 22 e 30/2019. Reportou-se que havia dito que o Prefeito devia ter assinado sem ler porque eram projetos para correção e para beneficiar e regularizar as pessoas que não tinham escrituras e que estavam impedidas por causa de um inciso que foi repetido em duas leis. Comentou que o Projeto foi aprovado por unanimidade e que o procurador havia encaminhado ao Prefeito dizendo basicamente que era para vetar porque o objeto era manifestamente contrário ao interesse público e que o município estava em estado de calamidade administrativa. Indagou como seria contrário interesse público mudar o inciso de uma lei. Ressaltou que os dois projetos não tinham nada de inconstitucional. Dando continuidade à sessão, a vereadora Fátima Guedes pediu ao líder do Prefeito, vereador Ronaldo Filho, que viabilizasse a recuperação da estrada Junco à Tapera. **ORDEM DO DIA:**



**Projeto de Lei nº 49/2019 do Poder Executivo - Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com entidade sem fins lucrativos (Banda de Música) e adota outras providências.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes, incluindo o Presidente - 14 (catorze) votos a favor. **Projeto de Lei nº 46/2019 do vereador Antonio Marcos Caracas - Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2046 de 09 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação da Feira Livre dos Inhamuns e adota outras providências.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes - 13 (treze) votos a favor. **Projeto de Lei nº 47/2019 do Poder Executivo - Fixa Salário base para ocupantes do cargo efetivo de cirurgião dentista do Município de Tauá e adota outras providências.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes, incluindo o Presidente - 14 (catorze) votos a favor. **Projeto de Lei nº 48/2019 do vereador José Wellington de Melo Gonçalves Júnior - Dispõe sobre denominação de via pública na vila de Marruás, no município de Tauá, na forma que indica e adota outras providências.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes - 13 (treze) votos a favor. **Projeto de Resolução nº 03/2019 da vereadora Maria de Fátima Veloso Soares Mota Bastos - Concede ao Sr. Simão Pedro Alves Pequeno, a "Medalha do Mérito Legislativo, Prefeito Antônio Jatai Sobrinho" e adota outras providências.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes, incluindo o Presidente - 14 (catorze) votos a favor. **Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 22/2019 do Poder Legislativo - "Dispõe sobre alteração do inciso II do art. 263 da Lei Municipal nº 1768/2010 - Código Tributário do Município de Tauá-Ce e dá outras providências."** Em discussão: O presidente fez a leitura do projeto e do veto. Logo em seguida, o vereador Marco Aurélio solicitou a leitura da mensagem do veto. O Sr. Presidente, atendendo ao pedido, fez a leitura da mensagem do veto ao Projeto de Lei nº 22/2019. Em seguida, o vereador Marco Aurélio disse que em sua interpretação houve um equívoco por parte do Executivo, porque pela redação dada na mensagem talvez quisesse se referir ao Projeto de Lei nº 30/2019 porque o Projeto de Lei nº 30/2019 falava sobre a questão das associações e o Projeto de Lei nº 22/2019 não falava sobre isso. Frisou que, em sua visão, a mensagem lida se adaptava perfeitamente ao Projeto de Lei nº 30/2019. Disse que ia votar de acordo com a sua convicção. Explicou que, quando o vereador Alaor Mota encaminhou o Projeto de Lei, ele alterava os incisos II e III do artigo 263, em cujo projeto dizia o seguinte: "o imóvel pertencente a servidor público municipal, ativo ou inativo, independentemente do registro no cartório de títulos e documentos quando nele residam e desde que não possua outro imóvel no município." Acrescentou, ainda, que no inciso terceiro falava-se sobre o valor venal do imóvel que aumentava e, se não estivesse enganado, de vinte para oitenta mil, para oitenta mil. Explicou que, em comum acordo na Casa, foi apresentada uma emenda em que se retirava todo o inciso III para que ele ficasse constitucional e não se falava mais





em financeiro. Disse que a redação dada e alterada no inciso II não se referia em relação ao financeiro. Acrescentou que, “Aliás, se fosse pensar por esse lado, ficaria melhor para o Município da forma como ficou, porque no original, na lei, o inciso II diz o seguinte: “o imóvel construído de propriedade de servidor público municipal, ativo ou inativo, utilizado exclusivamente para a sua residência e desde que não possua outro imóvel nesse município”. Falou que em canto nenhum se falava em registro de cartório de imóveis. Destacou que a forma como foi proposto pela Casa simplificou: “imóvel pertencente a serviço do público municipal, ativo ou inativo, independente de registro de cartório de imóveis, quando nele resida e desde que não possua outro imóvel em qualquer canto.” Reportou-se que da forma como estava anteriormente, e exemplificando se caso o vereador Alaor Mota fosse funcionário público poderia ter vinte imóveis, em Tauá e em Fortaleza, da forma como estava anteriormente o que importava era só do Município de Tauá. Lembrou que em discussão na Câmara havia dito que o que fazia a exceção as coisas era a possibilidade de pagamento e não a quantidade de imóvel. Então, nesse caso, voltando para o exemplo, o vereador Alaor poderia se enquadrar, se funcionário fosse, e pedir a isenção, não importava a quantidade de imóveis que ele tivesse em Fortaleza. Disse que o projeto de lei da Casa restringiu mais exemplificando que, com o projeto de lei da Casa se o vereador Alaor tivesse imóvel em Fortaleza ele não poderia pedir a isenção. Acrescentou que, em tese, a Casa não diminuiu em nada referente à isenção a capacidade de arrecadação, pelo contrário, em tese, existe a possibilidade do município arrecadar a mais. Frisou que não via inconstitucionalidade nas alterações feitas pela Casa, pois não se tratava de diminuir despesas e renúncia financeira. Disse que no Projeto de Lei nº 22/2019, da forma como foram feitas as emendas na Casa, que foi feito o autógrafo, que inclusive primeiramente foi errado e, posteriormente, o presidente mandou um ofício devidamente corrigido, não via inconstitucionalidade. Destacou que se encontrava nos autos do projeto um parecer da doutora Letícia, assessora jurídica da Casa, que tinha sido dado anteriormente as emendas e cujo posicionamento era idêntico ao nosso. Reiterou que não via inconstitucionalidade referente ao Projeto de Lei nº 22/2019 da forma como foi alterado na Casa, inclusive consta favoravelmente o parecer da assessoria requerido pelo autor do Projeto de Lei nº 22/2019. Após a explanação do vereador Marco Aurélio, o Sr. Presidente colocou em votação o VETO ao Projeto de Lei nº 22/2019 que dispõe sobre a alteração do inciso II do artigo 263 da lei municipal nº 1768/2010: o vereador Marco Aurélio votou contra o veto; o vereador Ronaldo Filho votou a favor do veto, o vereador Chico Neto votou contra o veto; o vereador Wellington Urbano votou contra o veto; o vereador Edyr Lincon votou contra o veto; o vereador Marcos Caracas votou contra o veto; o vereador Wellington Júnior votou contra o veto; a vereadora Fátima Guedes votou contra o veto; o vereador Alaor Mota votou contra o veto; a vereadora Williana Bezerra votou contra o



veto; o vereador Luis Tomaz votou contra o veto; o vereador Argentino Filho votou contra o veto e a vereadora Fátima Veloso votou contra o veto. Em votação: O veto ao Projeto de Lei nº 22/2019 foi rejeitado por 12 votos contra o veto x 01 a favor do veto, permanecendo a legislação aprovada pela Casa. **Veto Integral ao Projeto de Lei nº 30/2019 que "corrige a redação dos incisos VII e VIII e acrescenta o inciso IX ao Art. 263 da Lei Municipal nº 1768/2010 - Código Tributário do Município de Tauá-Ce e dá outras providências."** Em discussão: Após a leitura do projeto pelo Sr. Presidente, o vereador Marco Aurélio disse que acreditando que o ofício da primeira mensagem lida era exatamente para esse projeto de lei nº 30/2019 na qual diz que está em análise e vai encaminhar para esta Casa um similar ao que foi aprovado na Casa, bem como por entender, que houve um equívoco quando a época, salvo engano o Prefeito Carlos Windson havia encaminhado o projeto lei para a Casa, definindo um inciso tal sem observar que ele [o inciso] já tinha sido feito. O vereador Alaor acrescentou que o inciso já tinha na lei de 2015 e foi repetido o inciso na lei de 2017. O vereador Marco Aurélio destacou que o projeto era exatamente só para corrigir. Contudo disse que iria votar a favor do veto porque em conversa com o Procurador do Município e, não tirava a razão dele, que quando vêm os outros projetos, mesmo quando não cita o inciso X e tal, mas lá embaixo ele diz "revogam se as disposições em contrário" aqui ele deixou de existir e que isso era verdade. Ressaltou que, embora a Casa tivesse tido a maior boa vontade porque realmente era só corrigir um erro que tinha, não poderia dizer era constitucional porque realmente não era e iria votar a favor do veto. Acrescentou, ainda, que iria esperar que o Poder Executivo encaminhasse à Casa para fazer as correções. O vereador Alaor Mota esperava que fosse alguém ao setor de tributos e convença aos chefes de lá o contrário. Disse que os chefes do tributo não aceitam, alegando que existiam dois incisos VIII e que a única solução era tirar um inciso VIII e colocar um inciso IX. O vereador Marco Aurélio concordou com o vereador Alaor Mota e disse que não retirava nada do que tinha dito antes referente à necessidade da correção. Disse que o Poder Executivo poderia enviar um projeto com essa correção e estaria resolvido o problema. Ressaltou que nesse ponto o Procurador tinha razão porque quando uma lei vem dizendo "revogadas as disposições em contrário", a partir do momento que se criou um artigo ou inciso sem saber que já existia um, um não cobria o outro. Reiterou que deveria ser corrigido pelo Poder Executivo e que se não o fazia estava criando um problema dentro do próprio setor de tributos. Disse que havia pedido uma reunião com o prefeito, o procurador, o pessoal do tributo para conversar com eles a respeito dessas pequenas falhas que existem no código e possam ser corrigidos entre eles. O vereador Alaor Mota ressaltou que se a Casa aprovasse o veto do Projeto de Lei nº 30/2019 entraria na justiça senão determinasse que fosse corrigido no setor de tributos. **Em votação o VETO ao Projeto de Lei nº 30/2019:** vereador Marco Aurélio votou a favor do veto; vereador Ronaldo Filho votou a favor do veto,



vereador Chico Neto votou a favor do veto, Wellington Urbano votou a favor do veto, vereador Edyr Lincon votou contra o veto; vereador Marcos Caracas votou a favor do veto, vereador Wellington Júnior votou contra o veto, vereadora Fátima Guedes votou contra o veto, vereador Alaor Mota votou contra o veto, vereadora Williana votou a favor do veto, vereador Luis Tomaz votou a favor do veto, vereador Argentino votou a favor do veto e vereadora Fátima Veloso votou a favor do veto. Em votação: fica mantido o veto ao Projeto de Lei nº 30/2019 por 09 votos a favor do veto x 04 votos contra o veto. **Requerimento nº61/2019 do vereador Francisco da Costa Feitosa - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, através da secretaria competente, que seja providenciado um redutor de velocidade na Rua Jovencio Gomes de Freitas, N°60, localizada no bairro Alto Nelândia, nesta Cidade.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. **Requerimento nº60/2019 do vereador Francisco da Costa Feitosa - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, através da secretaria competente, que seja providenciado um redutor de velocidade na rua Pedro Alves Feitosa, em frente à " Só Frios", localizada no bairro Cidade Nova, nesta Cidade.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. **Requerimento nº59/2019 do vereador Francisco da Costa Feitosa - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, através da secretaria competente, que seja providenciado um redutor de velocidade com faixa de pedestre em frente à Secretaria de Saúde, nesta Cidade.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. **Requerimento nº 58/2019 do vereador Alaor Cavalcante Mota Filho - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, envio de ofício a Secretaria de Proteção Social, justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, Secretária Dra. Socorro França, ao Governador do Estado do Ceará Camilo Santana, com cópia para os deputados estaduais.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. **Moções de Pesar e de Congratulação nºs 214 a 220/2019.** Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Sr. Presidente convidou os senhores vereadores para participarem da sessão solene em homenagem ao Distrito do Trici que acontecerá dia 15 (quinze), na Vila de Flores. Convidou, também, para o teste da votação eletrônica às 10h no Plenário da Câmara no dia 13 (treze) de agosto. A vereadora Fátima Veloso que falou a respeito do décimo terceiro ano da sanção da Lei Maria da Penha que dá nome a uma cearense, uma lutadora contra a violência doméstica. Ressaltou que era uma grande conquista para as mulheres. Disse que aumentou em torno de 86% (oitenta e seis por cento) as denúncias. O Sr. Presidente informou que havia ocorrido uma reunião com a Mesa Diretora sobre algumas pautas que seriam deliberadas no segundo semestre e seriam apresentadas formalmente na próxima sessão, conforme consta na ata da reunião que foi realizada no dia 12 (doze) de agosto pela manhã. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**TAUÁ**

sessão, determinando antes a lavratura da presente Ata. Eu, Argentino Tomaz Filho, 1º Secretário, providenciei e subscrevo-a na forma regimental, juntamente com o presidente da Mesa Diretora e um funcionário desta Casa Legislativa.

**Argentino Tomaz Filho**

1º SECRETÁRIO

**Cristina Oliveira Pereira**

FUNCIONÁRIA

**Valdemar Gomes Bezerra Junior**

PRESIDENTE DA CMT